



**TRANSFORMAÇÕES MORAIS NO RIO DE JANEIRO E O
PROJETO DAS UPPs:
uma análise sobre uma região moral no Jardim Batan**

Ariley Dias¹

RESUMO

Robert Ezra Park foi um dos autores fundamentais para a consolidação do espaço urbano como um objeto de análise singular na Sociologia. Ele aponta para a importância da modificação do ambiente no planejamento de políticas públicas, especialmente a sua ideia de região moral, pois esse seria um mecanismo para que todas as pessoas ajam de forma adequada. Ao longo do tempo, essa proposta recebeu várias críticas pelo seu determinismo. Porém, vários programas públicos continuam a tentar resolver questões consideradas problemáticas por meio da transformação do espaço. Um deles é a ideia das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) que visa a ocupação policial permanente em áreas consideradas perigosas da cidade – as favelas cariocas – e o oferecimento de uma série de serviços públicos. Este trabalho analisa o plano de Carlos (nome fictício), um jovem morador da favela do Jardim Batan localizada no bairro de Realengo e terceira favela a receber uma UPP. Ele propôs a transformação de um antigo posto de gasolina abandonado, um lugar utilizado por usuários de drogas ilícitas, em um espaço cultural voltado à música gospel. Adotando uma abordagem situacionista, em especial com a contribuição dos atores pragmatistas franceses, este trabalho busca entender a relevância do trabalho de Park para o Rio de Janeiro de um século mais tarde.

PALAVRAS-CHAVE: Favela. Juventude. UPP. Moralidades.

ABSTRACT

Robert Ezra Park was one of fundamental authors for consolidation of urban space as a singular analysis object in sociology. He stress the importance of environmental change in the public policy planning, especially his idea of moral regions, because that would be a mechanism for the people act adequately. Over time, this proposal received many critics due to its determinism. Although, many public programs continue trying resolve questions considered problematic through spatial transformation. One of them is the idea of Pacifying Police Units (UPP) that aims the permanent police occupation in areas considered dangerous in the city – the favelas in Rio – and the provision of public services. This paper analyses the plan of Carlos (fictitious name), a young resident of Jardim Batan's favela located in neighbourhood of Realengo and the third favela to receive an UPP. He proposed the change of an old gas station, a place has used by illicit drug users, in a cultural

¹ Mestre pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: ariley_dias@yahoo.com.br

space directed to gospel music. Adopting a pragmatist approach, this paper aims understand the importance of Park's work for Rio de Janeiro one century later.

KEYWORDS: Favela. Youth. UPP. Moralities.

INTRODUÇÃO

Os espaços classificados como favela ocupam um lugar central na forma como os moradores da cidade do Rio de Janeiro pensam sobre o local que eles vivem, a despeito da heterogeneidade de seus moradores e das características físicas de seu território que geram divergências entre os critérios adotados por diferentes instituições estatais². Grande parte da favela do Jardim Batan, localizada no bairro de Realengo na Zona Oeste da cidade, ocupa um território plano com ruas asfaltadas com pequenos becos paralelos às ruas principais – uma imagem que contrasta com a representação da favela formada por barracos em encostas de morro. Outra diferença do imaginário típico é de que a favela não está circunscrita por uma vizinhança de classe média. O Batan fica localizado na Avenida Brasil, uma região caracterizada como “de passagem”, com pouca atratividade para investimentos públicos ou privados. Grande parte dos domicílios possuem residências com poucos andares, muitos em estágio de construção, cercados por pequenos muros. Além de pequenos comércios, motéis típicos de autoestrada e vários espaços classificados como favelas. O Instituto Pereira Passos (2014), baseado nos dados do Censo Demográfico de 2010, calcula que no bairro de Realengo possui 18,7% dos domicílios em situação de pobreza e 4,7% em caso de pobreza extrema. Comparativamente, as outras regiões da cidade possuem números abaixo de 16% para o primeiro caso e dos 4% para o segundo. Ou seja, o bairro onde está localizado o Batan é um dos mais pobres da cidade. O Batan se torna presente no debate público nacional após a divulgação de um caso de tortura praticado por um grupo miliciano que comandava o território contra jornalistas em 2008 (Ménard, 03/06/2008). No início do ano seguinte, a favela se torna a terceira a receber o projeto de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) que se baseia na ocupação policial permanente em áreas consideradas perigosas na cidade e, em contrapartida, oferece uma série de serviços públicos aos moradores locais.

² Além da dificuldade de estabelecer uma classificação única sobre qual espaço pode ser classificado como favela, a adoção do critério de residências em situações em irregularidade jurídica e a falta de bens urbanos recebem críticas por uma percepção da favela apenas por aspectos negativos.

Este trabalho analisa a história de Carlos³, um jovem morador do Batan, que propõe a transformação de um antigo posto de gasolina abandonado em um espaço cultural direcionado ao público jovem ouvinte de música gospel. Com a chegada da UPP, alguns programas sociais realizam editais de financiamento para algumas propostas potenciais de melhoria da favela. O entrevistado, junto com outros amigos jovens, consegue o financiamento da sua ideia por meio do projeto “Caminho Melhor Jovem”, que oferece, além do recurso financeiro, o auxílio de gestores da área de eventos e o estabelecimento de uma rede de contatos com jovens de outras favelas que integram a UPP. O novo espaço seria uma forma de oferecimento de uma forma de lazer que resulte em um comportamento considerado positivo de seus frequentadores. O local voltado às atividades religiosas se contrapõe a ideia de uma conduta agressiva associada aos bailes funk.

Park (1967 [1915]) escreve um texto fundamental para o desenvolvimento da Escola de Chicago ao conceber a cidade como um campo de estudo singular. Ele aponta para a coexistência de diversas moralidades dispersas pela cidade, o que ele denomina de “espaços morais”. Anos mais tarde, o autor consolida o que ele (Park, 1952) denomina de “ecologia humana” – uma série de análises desenvolvidas por ele e seus seguidores em busca da relação entre espaço e moral e a proposta de ações sobre o meio que possam evitar a emergência de condutas negativas. A primeira seção do trabalho enumera alguns pontos do trabalho de Park, em especial o texto “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. No final dessa parte, introduzo alguns pontos da teoria pragmatista, abordagem teórica que foi uma das maiores influências para a Escola de Chicago e que a partir dos anos 1980, na França, apresenta uma série de inovações principalmente ao trabalhar o tema da construção de um bem comum. Ela pode nos auxiliar a compreender a importância da ecologia urbana mesmo após várias críticas ao longo do tempo. As duas próximas seções apresentam a história de vida do entrevistado e a sua proposta de intervenção espacial no Batan. Por fim, retorno a discussão inicial sobre a importância da relevância de Park para o momento atual, mesmo com as diferenças entre a Chicago do início do século XX e o Rio de Janeiro de 2016.

A ecologia em Park: uma tentativa de compreensão da moralidade urbana

A cidade é descrita por Park (1967 [1915]) como “um estado de espírito” que se transforma de acordo com a interação entre a organização física e a organização moral. O autor verifica a

³ O nome é fictício de forma a preservar a identidade do entrevistado.

existência de isolamento entre as populações urbanas não só por atributos profissionais ou econômicos, mas por interesses, gostos ou temperamentos. Por isso, o meio urbano compreende várias regiões morais, que são espaços que reúnem as pessoas por meio de um código moral. As cidades contemporâneas apresentam a peculiaridade da possibilidade de coexistir localidades que apresentem condutas morais divergentes. A importância dessa questão é fortemente influenciada pela presença de vários grupos imigrantes isolados em guetos em Chicago naquela época. A divergência de moralidades resultaria em um quadro instável presente nos problemas de assimilação de grupos imigrantes ou no aumento das taxas de crime – temas bastante caros nos estudos da Escola de Chicago.

O modelo ecológico tenta responder a essas questões por meio da alteração do espaço físico das áreas da cidade onde os problemas se concentram. O modelo de Park e Burgess (1984 [1925]) estabelece uma divisão moral no interior da cidade, pois as áreas consideradas mais degradadas – no caso de Chicago aquelas próximas ao centro da cidade – contribuiriam para o enfraquecimento de laços de solidariedade entre os moradores. Os dois autores dividem a cidade em cinco zonas concêntricas. Aquela descrita como a mais problemática – chamada de Zona II ou Zona de Transição – enfrentaria a grande heterogeneidade da população, por ser constituída em grande parte por imigrantes e um ambiente com casas consideradas mais precárias. Shaw e McKay (1942), ao estudar a delinquência juvenil, influenciados pela teoria de Park e Burgess, relacionam o ambiente da comunidade com as taxas de crime. As mesmas áreas consideradas mais degradadas no modelo concêntrico de Park e Burgess são aquelas com as maiores taxas de crime. Para eles, a degradação do ambiente faz com que as pessoas não assumam a responsabilidade pelo local. Pois os moradores se mudariam dali tão logo conseguem ascender socialmente. Sendo assim, as áreas da Zona II são percebidas como locais de passagem. Essa abordagem defende uma intervenção do Estado que gere um maior sentimento de solidariedade das pessoas com o local que vivem como forma de combate ao crime. Dessa forma, o oferecimento de programas sociais seria uma maneira de prevenir o crime.

A teoria ecológica recebeu várias críticas posteriores, como o uso de estatísticas oficiais sem uma análise crítica e a sua abordagem de cunho evolucionista que pressupõe a mobilidade social de acordo com mudanças de caráter físico – por exemplo, ao contrário dos grupos imigrantes que se acenderam socialmente e deixaram as áreas degradadas, os negros continuam isolados em guetos na Chicago atual. Trazendo a discussão para a cidade do Rio de Janeiro, as favelas são representadas como o local onde se localiza a pobreza. Recorre-se à ideia de atraso em relação ao restante da cidade, como o aparato imobiliário tido como inferior ou com a ausência de determinados recursos que

estariam disponíveis aos residentes de fora. Os estudos sobre favela normalmente rejeitam a ideia de que os favelados produzam uma organização social diversa ao resto da cidade. O trabalho pioneiro de Machado da Silva (1967) demonstra a heterogeneidade dos moradores das favelas cariocas. O autor percebe a coexistência de uma série de atividades econômicas internas ultrapassando as fronteiras locais – o que denomina de uma organização transversal –, opondo-se à ideia de um território marcado apenas pela pobreza extrema e pelo isolamento urbano. Além disso, ele observa a existência de uma “burguesia favelada”, que consolida sua posição hierárquica superior pela capacidade de estabelecer relações pessoais com atores de dentro e fora. Leeds (1969) já propunha nos primeiros estudos sobre o tema a substituição do termo comunidade – que se tornaria um sinônimo de favela ao mesmo tempo que um eufemismo ora celebrado ora rejeitado – pelo de localidade para se referir àqueles lugares. De acordo com ele, o segundo permite apenas a identificação do local de moradia dos indivíduos, não necessariamente correspondendo a seu pertencimento a uma comunidade local.

Algumas contribuições do pragmatismo podem nos auxiliar a compreender a relação entre espaço e moral sem cair no determinismo ecológico presente na obra de Park. Desenvolvida em momentos posteriores pela Escola de Chicago, a noção de que os atores possuem a capacidade de julgamento das ações, portanto são *agentes competentes* (Garfinkel, 1967), nos permite um quadro mais fluído na relação entre agente e estrutura. Junto com essa ideia parto da noção de que os atores precisam chegar a um acordo sobre o sentido de um determinado contexto – o que Thomas (1966[1923]) denomina de *definição da situação*. Além da possibilidade da presença de vários tipos de moralidade dentro de um mesmo espaço presente na crítica feita nos estudos sobre a favela, cada indivíduo pode mobilizar uma conduta moral de acordo com uma dada configuração situacional. Por exemplo, o modelo conjunto de Boltanski e Thévenot (1991) pressupõe uma análise de situações em que os atores mobilizam diversos quadros morais abstratos referentes a uma forma de bem comum que permita chegar a um acordo apesar da existência de posições hierárquicas entre eles. Os objetos que compõem um lugar também possuem capacidade de agência da mesma forma que os humanos podem determinar as ações uns dos outros (Latour, 1984). Portanto, o espaço pode estabilizar acordos e materializar a ordem social, mas de uma maneira menos rígida do que o modelo de Park ao considera-lo como um “actante” (Greimas, 1966), um ente que pode influenciar o curso da ação. O caso aqui apresentado será analisado sob uma perspectiva atenta às mudanças de ordem moral conforme o entrevistado lida com os desafios situacionais.

A transformação de um ex-presidiário em um empreendedor cultural

Carlos tem 29 anos de idade e mora no Batan desde que nasceu. Ele reside com os seus pais e seu filho de seu antigo casamento em um terreno loteado pertencente à família próxima a uma das ruas principais – uma forma residencial característica dessa favela predominantemente plana diferente da imagem típica daquelas localizadas próximas a encostas de morro. Apesar de ter concluído o ensino médio, ele relata ter bastante dificuldade de entrar no mercado formal de emprego por ter sido preso aos 18 anos. Durante a pesquisa, pude analisar a recorrência de relatos de jovens que passaram pela experiência de encarceramento. Alguns trabalhos sobre a periferia da cidade de São Paulo mostram o papel dos mercados na mediação das relações tanto entre os moradores dessas localidades entre si quanto as estabelecidas com atores externos, visto que os mais pobres estão mais suscetíveis a serem classificados como bandidos (Telles, 2009; Hirata, 2010; Feltran, 2014). A sua principal fonte de renda antes da chegada da UPP era a venda de doces em uma barraca em frente ao loteamento de sua família e empregos temporários em obras. As novas políticas sociais no período pós-UPP buscam promover a formalização de atividades já presentes, como o serviço de vans, e facilitar a emergência de novas, com uma ideia de obtenção da cidadania por meio de uma interpretação do morador como empreendedor em potencial, pois os programas sociais facilitariam, em tese, a integração entre as ideias dos moradores e o mercado. Carlos começa a tentar materializar suas ideias para a melhoria do Batan nesse contexto. Em 2011, juntamente com um amigo, ele ganha recursos financeiros para um projeto de percussão e sonorização no âmbito de um programa chamado Caminho Melhor Jovem, cuja unidade na região fica localizada no Fumacê⁴. Esse plano visa a aplicação de cursos para o aprimoramento das habilidades musicais dos alunos, o estabelecimento de uma rede de contatos com gestores da área de eventos e jovens de outras favelas com UPPs e auxílio financeiro para a realização das suas potencialidades no local em que moram – no caso do entrevistado, a realização de eventos para fins culturais.

O maior acesso aos bens oferecidos pelo Estado tem lugar quando Carlos começa a trabalhar na AgeRio, uma agência de concessão de crédito a moradores postulantes a abrir uma pequena empresa, no Batan e no Jacarezinho. Ele conseguiu o emprego após a divulgação das vagas para jovens durante uma reunião comunitária com o comando da unidade. As atividades do cargo compreendiam a divulgação do programa e a orientação aos interessados. Como o trabalho era exercido na sede da UPP, Carlos conseguiu estabelecer uma relação de proximidade com os policiais

⁴Esta favela vizinha passa a fazer parte da UPP Batan a partir de 2012.

e ter maiores facilidades para a liberação na realização de festas e parcerias para obter recursos de programas sociais. Isso fez com que Carlos tivesse um espaço privilegiado para investir na concretização de suas ideias para melhorar o Batan no futuro. Porém, sua proximidade com os policiais gerou também problemas para mobilizar as pessoas a participarem de seus eventos justamente por conta do medo dessa associação com a polícia:

– Trabalhei um ano e pouco. Mas acabei pedindo demissão, porque como trabalhava dentro da UPP o pessoal começou a falar umas besteirinhas aí de que eu era fechamento da polícia, que eu vivia lá dentro, que eu conhecia todos eles [*os policiais*]. Depois que eu comecei a fazer festa para bandido, acabou essa ideia. O pessoal sabe que a polícia é corrupta. (...) Se eu estou com um carro sem habilitação e a polícia chegar, eu posso chegar e perguntar o que podem fazer por mim. Eles podem pedir um dinheiro para tomar um café. Eu nunca perdi dinheiro para polícia assim não. Mas eu conheço a polícia.

O apoio das pessoas a alguma proposta de intervenção depende da percepção de que os atores que a gerenciam são desinteressados. Em outras palavras, as pessoas se preocupam com a existência de interesses não revelados. Ao longo do meu trabalho de campo, os moradores apresentam forte desconfiança em relação à continuidade do projeto das UPPs, principalmente após a realização dos megaeventos na cidade⁵. Um estado de indefinição maior no Batan devido a sua história tumultuada de experiência de domínio com três grupos armados em menos de 10 anos. Reconstruindo o quadro actancial proposto por Werneck (2015) sobre a violência urbana no Rio de Janeiro, proponho a presença de três atores que estabelecem planos e mobilizam elementos coercitivos em áreas consideradas problemáticas na cidade, justificando a sua presença nessas localidades. Pois apesar da superioridade da força, os atores não a possuem de forma ilimitada. São eles: o traficante de drogas, especialmente os que cresceram nas favelas ocupadas, e a proposta de defesa do território contra facções rivais e as incursões policiais; os milicianos e o plano de eliminar o risco oferecido pelo bandido; e o policiamento permanente da UPP com a perspectiva da superioridade dos aparelhos formais/legais na resolução de problemas. As pessoas buscam evitar serem rotuladas a algum dos três grupos. Por exemplo, alguns não participam dos cursos oferecidos pelos policiais porque podem ser associados a eles e temem sofrerem represálias em caso do retorno

⁵A ligação entre a UPP e a realização dos eventos de grande porte faz com que os moradores prevejam um enfraquecimento do projeto com o fim das Olimpíadas de 2016 (Burgos et alii, 2012, pp. 89-90).

do tráfico. Esse temor pode justificar a minha observação do alto número de programas sociais associados a moradores conhecidos, mesmo com os recursos iniciais provenientes do Estado, e da rejeição da vinculação dos organizadores com a política. Então, o sucesso de Carlos como gestor cultural depende da construção de uma imagem que não indique um pertencimento aos grupos armados.

O momento pós-UPP mostra a maior capacidade dos atores em transformar o espaço. Além da diminuição da possibilidade do uso do poder coercitivo, a nova forma de distribuição dos recursos estatais promove a emergência das propostas de alguns moradores a fim de trazer benefícios à favela. Os moradores afirmam mudanças espaciais como a expansão de estabelecimentos comerciais, muitos deles resultaram da legalização dos serviços. Os projetos sociais que chegaram com o policiamento permanente oferecem, em tese, mecanismos para que as inquietações dos moradores conformem o projeto desenvolvido inicialmente por outras instituições – uma ideia de “cidadania deliberativa” (Tenório, 2005). Mas o que pudemos perceber com a história de Carlos, muitas vezes os programas possuem a função de apenas distribuir recursos financeiros. A escolha se baseia pela fama positiva do proponente entre os gerenciadores das propostas de financiamento. Resultando em um aumento da presença de pequenos espaços que sofrem as intervenções daqueles que propõem transformações no lugar. Em especial, o aumento de lugares voltados para a prática da religião evangélica. Um exemplo é a transformação de um monte localizado no extremo leste da favela em um ponto de encontro entre evangélicos de várias localidades.

A PROPOSTA DE UM ESPAÇO GOSPEL NO BATAN

Com a possibilidade de obter recursos financeiros por meio dos editais dos programas sociais, Carlos pensa em transformar um posto abandonado e pequenos galpões, provavelmente construídos para guardar veículos, em um espaço de atividades culturais. O local fica em uma via de acesso à favela considerada a principal por conta de sua proximidade com a Avenida Brasil e com um ponto de ônibus vindos do Centro em direção aos bairros vizinhos da Zona Oeste, como Bangu e Campo Grande. Trata-se um local basicamente cercado por motéis e pequenos pontos comerciais. O projeto de “ocupação cultural” possui o intento de se tornar um ponto de encontro de jovens no Batan e de favelas vizinhas por meio da descoberta de talentos artísticos locais e se tornar uma opção de lazer nos primeiros meses de 2015. Carlos contrapõe o uso anterior do espaço por usuários de drogas locais com a sua proposta de transformá-lo em algo mais atraente ao mercado de consumo

visual – afinal, antes os galpões possibilitavam a atividade ilícita sem ser vista. Isso geraria novas possibilidades de obtenção de recursos e expectativas dos jovens engajados em se distanciar da imagem normalmente atribuída a pessoas nesta faixa de idade moradoras de favela.

Ser percebido como “jovem artista” pode garantir novas possibilidades de receber bens, como obter oportunidades de emprego, e diminuir a potencialidade de riscos do que ser qualificado como “usuário de drogas” ou “traficante”. O mesmo vale para aqueles que participam de atividades de lazer consideradas adequadas. Apesar de se ver com frequência algum jovem ouvindo alguma música funk em alto volume, o Batan não possui qualquer espaço para admiradores desse ritmo. Um fato que não é imprevisível se considerar as proibições do grupo miliciano, que comandava a favela antes da UPP, aos ouvintes de funk pouco tempo antes. E, possivelmente, grande parte dos moradores se oporia à tentativa de haver um baile funk na favela. Por isso, Carlos pensa em um ponto de lazer voltado a um gênero musical rival, a música gospel – apesar de se considerar evangélico, ele afirma não ser praticante, em um dos trechos da entrevista ele relata que não vai à igreja há vários anos, por isso, a escolha parece ter sido motivada de maneira pragmática por perceber maiores possibilidades do projeto se concretizar do que se fossem escolhidos outros gêneros musicais. Segundo ele, um espaço destinado ao funk geraria expectativas de que a festa terminasse em “confusão”, o que dificultaria o apoio necessário para a realização dos eventos – principalmente a autorização do comando da UPP. O entrevistado justifica a diferença do grau de potencialidade do conflito pela diferença do perfil associado aos ouvintes: o do funk teria um comportamento mais agressivo e estaria mais propenso a apoiar grupos traficantes; já os ouvintes de música religiosa estão associados a um comportamento tido como mais tranquilo com um estilo de vida tido como positivo para grande parte dos moradores e atores externos. As duas representações justificam o acesso diferenciado ao bem oferecido, nesse caso a autorização para a realização do evento, A relação entre preferência por um estilo musical e a previsão de um comportamento justifica a distribuição diferenciada entre os bens. O entrevistado, mesmo trabalhando em bailes funk em outras favelas, acredita que dificilmente a sua ideia se concretizaria, seja para obter autorização ou conseguir recursos para a sua realização – por exemplo, um dos amigos que o auxiliava é membro de uma igreja evangélica, se ela fosse direcionada ao funk. Essa percepção corrobora a crítica de que manifestações culturais produzidas em favelas são criminalizadas, especialmente o funk e o seu uso para simbolizar a figura do traficante (Zaccone, 2000). Apesar de movimentos sociais e pessoas ligadas ao gênero musical conseguirem a aprovação da lei nº5543/09, que reconhece o funk como movimento cultural e musical de caráter popular como forma de facilitar a liberação para a realização de eventos ligados ao gênero, a exigência prévia de autorização policial

em favelas integrantes do programa das UPPs para a autorização de festas resultou na diminuição do número de manifestações públicas relacionadas a esse estilo de música (Facina, 2014), frequentemente representadas como um espaço ingovernável (Silva, 2014). Portanto, a escolha de Carlos por outro gênero musical facilita a realização do evento, além de se propor a evitar o efeito de negativização moral dos artistas e dos frequentadores.

O comandante possui alto poder discricionário para intervir em vários aspectos da sociabilidade nas favelas. A necessidade de autorização prévia e a ausência de definição explícita dos critérios de avaliação⁶ torna, na prática, impossível a liberação se o promotor do evento não tiver boas relações com a direção da UPP ou que os agentes policiais não o conheçam. Carlos atribui à proximidade com os policiais por conta de seu período de emprego na AgeRio o fator fundamental para que a sua proposta de intervenção no posto fosse autorizada. Além de dificilmente a estrutura física se adequar aos critérios legais, como no caso de um pequeno palco de cimento improvisado montado em frente a um galpão de forma improvisada por Carlos e seus amigos sem a supervisão de um engenheiro, várias regras podem ser relativizadas de acordo com a negociação com os policiais. Por exemplo, o controle do volume do som é um dos principais temas de conflitos entre os moradores nas reuniões comunitárias, principalmente envolvendo os mais velhos e o alto barulho em bares na madrugada. De acordo com promotor cultural, para evitar a responsabilidade de resolver o conflito, os policiais explicam formas de burlar essas regras sem o comprometer:

– Hoje, todo mundo tem um celular com câmera [*de modo que se pode registrar qualquer ação da polícia e sua proximidade com atividades ilícitas*]. [*Assim,*] tem que deixar o cara [*o policial*] sair [*do seu horário de plantão*] para fazer merda [*no caso relatado aumentar o som após o horário de saída do policial sair do plantão*]. Já vi polícia falar que não pode ficar em um lugar porque prejudica a imagem da polícia. Até mesmo aqui no Batan. O cara chega e pede para fazer um favorzinho e abaixar o som, dar uns minutinhos e ir aumentando o som devagarinho, [*porque*] o pessoal não vai sentir. Para tudo tem um jeitinho.

Para adequar o local para receber os eventos e deixa-lo mais atraente visualmente, Carlos consegue engajar jovens do Batan e de outras favelas – muitos se conheceram pelas redes construídas pelos programas sociais. Além do palco de cimento, alguns grafiteiros pintaram as paredes do espaço e os galpões foram utilizados como depósito de alguns materiais de som. A proposta recebeu o auxílio de

⁶ Como no decreto nº 44.617/14, sobre as definições para a realização de eventos no Estado do Rio de Janeiro, que dispõe apenas sobre os prazos do processo e a autorização prévia.

peças ligadas aos programas sociais e da Associação de Moradores, inclusive Carlos e os jovens chegaram a receber algumas aulas de gestão de eventos, de técnicos que trabalham no projeto Caminho Melhor Jovem, na própria associação. As festas começavam no final da tarde dos sábados com bandas convidadas e, durante os intervalos, ele próprio participava como DJ.

Figura 1 – O local usado como palco com a entrada fechada



Fonte: Do próprio autor.

A proposta de modificação do espaço tem como objetivo principal o controle dos jovens. O ordenamento da paisagem propõe efeitos sobre a forma do uso do tempo a fim de impedir comportamentos que se afastem do ideal para um trabalhador. O trabalho de Zaluar (1985) aponta para uma representação que percebe uma dicotomia entre esse trabalhador, que apesar da precariedade do trabalho urbano e da baixa remuneração consegue sustentar sua família, e o bandido, aquele que, na representação dos outros, busca o ganho monetário bastante superior às possibilidades disponíveis ao restante dos favelados e de forma violenta e covarde. A defesa da primeira categoria se baseia, fundamentalmente, em uma superioridade moral sobre o segundo por meio da imagem do provedor. Os jovens estariam mais suscetíveis a entrar para o mundo do crime, dentro dessa perspectiva, por isso a importância de ferramentas relacionadas ao trabalho. Grande parte dos programas sociais que chegaram

no Batan com a UPP são voltados a esse público, inclusive uma unidade da escola estadual Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) foi inaugurada com a oferta de cursos de capacitação profissional. O novo espaço gospel teria a oportunidade de oferecer chances de desenvolvimento da capacidade artística e poder obter uma fonte de renda com os shows.

O FIM DO PROJETO E A PERSPECTIVA DE CARLOS EM RELAÇÃO AO FUTURO

Aqueles que tentam concretizar uma projeção demonstram certo sentimento de solidão. Durante um dos eventos no posto de gasolina desativado, Carlos e outros jovens passaram grande parte do dia limpando o espaço e montando o equipamento de som guardado em um dos galpões. Pessoas ligadas aos programas sociais também estiveram presentes para analisar o evento e discutir novas possibilidades de investimento. Porém, uma forte chuva impediu a realização da festa por ser um espaço aberto, além de não ter sido montada uma lona para proteger os aparelhos de som. Carlos começa a chorar copiosamente e criticar seus amigos por terem desmarcado um encontro no dia anterior combinado para montar a lona. É recorrente a fala da dificuldade de realizar projetos no Batan devido à falta de apoio dos próprios moradores. Essa construção explicaria a situação de maior tranquilidade em relação a outras unidades da UPP devido à ausência de conflitos, assim como a percepção da dificuldade de fazer com que as pessoas se engajem em prol da resolução de uma questão pública. Essa construção do morador pela falta de interesse justifica tanto o papel dos visionários como únicos capazes de prever o investimento necessário para conseguir chegar a um futuro positivo quanto o projeto não conseguir mobilizar a todos. Ou seja, a falta de interesse que seria natural do morador do Batan explicaria o fato de alguns não se interessarem pela proposta ou até mesmo a maior facilidade dos visionários conseguirem materializar seus planos em relação aos outros moradores. Por exemplo, Marcos, um dos jovens que participa da ideia de Carlos, diferencia os habitantes do Batan com a favela vizinha do Fumacê pela existência de um comportamento mais passivo frente a outros atores para justificar as reduzidas possibilidades de alguém não próximo aos policiais conseguir a liberação de um evento que esteja organizando:

– Quando eles [*os policiais*] não te conhecem, acabam arrumando confusão com você. [*Os policiais*] Te revistam três ou quatro vezes por dia. Quando eles já te conhecem, isso muda. Como preciso da autorização do capitão para fazer eventos aqui, acabo ficando muito na [*sede da*]UPP. Eles param de te revistar quando te conhecem. (...) Vê se eles fazem isso no Fumacê. Lá, os moradores se reúnem e

não deixam que os policiais ajam com marra. Aqui, as pessoas são muito otárias. Aceitam tudo de cabeça baixa.

O espaço gospel teve uma curta duração. Próximo do final do ano de 2015, o ativista desiste da proposta quando um dos jovens que o auxiliava buscou recursos com um traficante local que começava a reestabelecer bocas de fumo na localidade. Com isso, a parceria entre eles foi desfeita. Ele receava ter sua imagem atrelada ao grupo traficante que retornava ao local, principalmente por apostar no retorno da milícia de maneira mais ostensiva a suas atividades. Logo após o fim dos eventos, os galpões se tornaram estacionamento para os veículos do transporte alternativo em meio a vários rumores de a milícia retomar o controle do serviço com o fracasso da tentativa de legalização da atividade. Carlos prefere o domínio da milícia em relação ao tráfico:

– Eu estou torcendo para a milícia entrar logo no Batan. Porque quando entrar a milícia vou poder trabalhar melhor. Eles controlam melhor a questão do som. Eu vivo de som. Eles têm regra. (...) Prefiro pagar a milícia para ninguém ficar fumando perto da minha rua. (...) O futuro do Batan vai ser milícia. A polícia não faz o papel deles. Você viu que estão criando umas casas lá em cima para militar [*no Campo de Gericinó*]. (...) Os caras são militar e não vão querer bagunça na favela deles. Ainda mais morando lá em cima perto da UPP [*localizado no extremo norte, sendo parte de um plano de transferência da sede*]. Ali mesmo já cria uma milícia. Pode ter festa, mas não vai ser aquela desorganizada com gente fumando maconha no meio da rua.

Carlos relata o medo de conseguir trabalho de outra forma senão pelos programas sociais por ter sido preso alguns anos antes. Na época da entrevista, ele estava prestes a completar 30 – o limite de idade para ser considerado jovem e, conseqüentemente, ter chances de obter alguma renda por meio desses programas. Ele se mostra frustrado por não ter conseguido uma vaga de trabalho em uma agência do Estado voltada a questões sociais devido a uma discussão com o responsável pelo processo seletivo:

– Uma vez, fui fazer entrevista de trabalho. Falei o que fazia antes. Ele [*o entrevistador*] perguntou o que isso [*a vaga de emprego*] iria mudar a minha vida. Falei que tenho dificuldades de arranjar trabalho por ter sido preso. É difícil para mim que sou negro. Não tenho oportunidade de encontrar uma vaga de trabalho porque o meu nome está sujo ainda. Não posso fazer concurso público. Não posso fazer uma prova para polícia. Ele [*o entrevistador*] falou: “Isso aí não vai mudar nada. Aqui é entrevista de trabalho”. Respondi: “Mas por que você me perguntou? A pergunta foi baseada nisso, do porque

quero trabalhar.(...) Daqui a quatro meses vou completar 30 anos, não posso mais fazer esse trabalho. Estou aqui para ficar só quatro meses. Se eu fosse desocupado, não estaria aqui tentando trabalhar”. Me levantei e falei eu tinha que buscar o meu filho na escola. (...) Um cara que bate de frente com os outros nunca vai ser chamado.

O entrevistado justifica não fazer mais parte do projeto pela qualificação negativa da política como algo com interesses alheios ao bem comum dos moradores ou que não resultariam na melhoria do futuro. Porém, Carlos aponta que necessita de recursos de órgãos públicos, mesmo não acreditando nos programas. Ele compara o uso de programas sociais para a obtenção de votos com seu trabalho como DJ em festas em outras favelas: mesmo tocando músicas que exaltem o traficante local – ele chama esses eventos de “festa para bandido”. Assim, justifica sua cooperação com atores que qualifica como desonestos pela falta de oportunidade de emprego. Apesar disso, a realização de festas ajudaria a melhorar o Batan, por mostrar possibilidade de outras alternativas de futuro a outros jovens:

– [Os projetos culturais] dão mais dignidade. O pessoal passa o dia todo fumando maconha por aí. Ninguém tem perspectiva de vida. Comunidade que tem cultura forma cidadão. Acaba que ao participar na questão da música, acaba criando um padrão. (...) O Batan não tem nenhum espaço de lazer. O próprio ECA [*Estatuto da Criança e do Adolescente*] afirma o direito a lazer, participar de movimentos culturais. A família [*não leva a espaços de lazer*], acaba que o amigo o leva para outro lugar. Aí vira bandido.

Carlos constrói a imagem do jovem como alguém que não consegue visualizar um futuro possível a leva-lo a um cenário considerado positivo. As iniciativas em torno da criação de períodos de lazer possuem a função de “ocupar o tempo”, de modo a evitar que as pessoas entrem no mundo do crime, de acordo com a lógica da violência urbana. Trata-se de uma perspectiva que constrói um futuro padrão para o favelado baseado na obtenção de renda fora do mundo do crime, seja pela via do emprego formal seja pela formalização do trabalho informal. Os programas sociais e a oferta de meios que podem auxiliar o ingresso no mercado de trabalho é uma das alternativas padronizadas para o jovem favelado conseguir chegar a esse fim. As festas promovidas por Carlos são uma das poucas no Batan realizadas fora de datas comemorativas – como o Carnaval e as festas juninas. Ele considera sua iniciativa como uma forma de mostrar aos moradores que outras possibilidades de futuro podem ser efetivas para eles, como o investimento na música e na arte.

Ao longo da experiência com a UPP, os novos aparelhos estatais parecem não conseguir comprovar a eficiência das instituições cívicas e a resolução de problemas pela via legal/formal. Não apenas pela confusão dos objetivos sociais em relação fins militares da ocupação (Henriques e Marques, 2011), a descontinuidade dos projetos, especialmente a um cenário de corte de verbas dentro do quadro de crise econômica enfrentado pelo governo do estado, leva a um cenário de indefinição sobre o futuro do projeto e da favela ocupada. Inspirado no termo em Dewey (1938) de “situação problemática”, um estado de dúvida em relação a algum fenômeno, proponho que os atores no Batan passam por uma situação de indefinição permanente. A crença sobre um determinado fenômeno adquire um caráter fugaz, pois as pessoas não descartam a emergência de novos fatores que podem transformar o cenário atual. Vários episódios em favelas que integram o projeto das UPPs indicam uma série de desconfianças sobre a continuidade desta política pública (Machado da Silva, 2015; Menezes, 2015), especialmente após o desaparecimento do pedreiro Amarildo na Favela da Rocinha, em 2013, após ter sido levado por policiais da unidade para prestar depoimentos. No Batan, o assassinato de um comerciante que havia denunciado o surgimento de uma boca-de-fumo próxima ao seu estabelecimento (Araújo e Ernesto, 29/04/2015) é apontado pelos moradores como um fator de indefinição sobre o futuro da favela e a continuidade da UPP. Vários rumores aparecem sobre um possível retorno da atividade ostensiva de traficantes e milicianos. A indefinição resulta no acirramento do processo de particularização das tentativas de melhoria na favela. Assim, cada vez menos os atores veem como possível a possibilidade de um futuro positivo para todos.

CONCLUSÃO

Entre os pontos levantados em seu trabalho pioneiro, a questão da indefinição presente no cotidiano cidadão. Por mais que se tenha diferentes abordagens temáticas e orientações teóricas, os estudos urbanos e os próprios atores precisam enfrentar a instabilidade das formas de entender o mundo. Um fenômeno esse presente na configuração espacial. Muitos anos antes de Latour e Callon (1981) proporem a teoria dos atores-rede, Park já mencionava, além da influência da conduta moral, a possibilidade de alterar o curso de ação. Não haveria UPP e os programas sociais que possibilitaram a materialização da ideia de Carlos sem antes a consideração do Batan como um

espaço perigoso. Quando visualizamos a favela e o seu entorno, vemos as mesmas casas com poucos andares com estruturas muradas e pequenos estabelecimentos – uma paisagem bem diferente da que vemos das favelas cercando moradias de classe média em outras áreas da cidade. Inclusive, alguns entrevistados relatam que até pouco tempo atrás nem todas as áreas hoje inseridas do projeto das UPPs se consideravam fazer parte da favela. Isso muda conforme as bocas de fumo se expandem e em uma localidade, conhecida como Bahia, a ideia de que moram em uma favela só ocorre após ela ser incluída na área a receber o policiamento permanente. A representação do espaço do Batan como perigoso se consolida após a repercussão do caso de tortura no debate público. Um fato que muitos entrevistados caracterizam a entrada da favela no projeto como uma coincidência, um episódio meramente pontual. Já o local próximo à entrada da favela também não é imune a transformações: passa de um posto de gasolina que atende a demanda da via expressa, a um espaço considerado degradado para muitos moradores ao servir de esconderijo para usuários de drogas. Depois, se torna um ponto de encontro para jovens devido aos shows nos finais de semana e o aumento do pequeno comércio com o aumento do número de visitantes. E, por fim, se transforma em uma garagem de vans que muitos consideram ser controlado por um grupo milicianos ao mesmo tempo que não só há a continuidade da UPP, com uma cabine policial a um quarteirão de distância, como o surgimento de pequenas bocas de fumo nas ruas paralelas à essa entrada principal. O espaço reflete a indefinição sobre a possibilidade de um código moral se estabelecer de forma durável.

Por fim, gostaria de ressaltar a questão de muitas vezes o nosso campo, no nosso caso a cidade do Rio de Janeiro, apresenta algumas especificidades não atendidas pelas teorias construídas em outros contextos. A teoria pragmatista francesa, que desde os anos 1980 busca renovar as propostas do pragmatismo clássico americano, foi bastante mobilizada no meu trabalho. Particularmente, a obra de Boltanski e Thévenot (1991) tem como pressuposto a disponibilidade dos atores sociais na modernidade a entrar em acordo tendo em vista o bem comum. Em outras palavras, as diferenças morais são resolvidas por meio de acordos entre os atores por ser o melhor para ambos. O caso aqui apresentado mostra que o *bem de todos* (Werneck, 2012), a percepção de que o benefício toca a todo o grupo, pode ter a sua escala reduzida. O espaço gospel tem como ponto de partida a ideia de que os ouvintes de funk não são merecedores do bem que o local pode gerar. É moralmente aceitável que alguns não sejam beneficiados. Eles recebem categorias desumanizadoras, como bandidos ou vagabundos, que os atrelam a uma perspectiva de um futuro negativo. As ideias tanto de Park quanto do pragmatismo fazem uma aposta muito grande das

diferenças morais desembocarem no Estado Democrático de Direito, um ponto de partida que não consegue visualizar as nuances presentes no espaço urbano do Rio de Janeiro.

No Batan, aqueles que propõem uma mudança positiva realizam um movimento de conversão entre recursos provenientes dos programas estatais em aspectos mais particularizados. Thévenot (1986) propõem a noção de “investimento de forma” que indica elementos mobilizados pelos atores a fim de refletir sobre o custo ou sacrifício necessário para obter uma generalidade ou equivalência. O caso do espaço gospel indica que os benefícios vindouros só estarão disponíveis para aqueles que se mostrarem engajados na ideia proposta. Proponho a emergência de um investimento particular que transforma a ideia de um mundo em que todos se beneficiem, mesmo aqueles que não participam da ação, para uma concepção em que apenas os que investirem terão ganhos no futuro. Assim, os beneficiários do espaço de lazer são destinados apenas àqueles que apresentam um comportamento considerado positivo, excluindo os adeptos de outra religião, ouvintes de outros estilos de música ou que ajam de forma considerada inadequada como as pessoas que usavam drogas ilícitas no local em um período anterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Adriano; ERNESTO, Luarlindo. Dono de bar é assassinado no Batan: Crime ocorreu dentro do estabelecimento. Francisco Carlos Vieira de Souza teria relatado ameaças um dia antes da morte. *O Dia*. Rio de Janeiro, 29/04/2015.

BURGOS, Marcelo; PEREIRA, Luiz Fernando Almeida; CAVALCANTI, Mariana; BRUM, Mario; AMOROSO, Mauro. O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. *Desigualdade & Diversidade: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, n. 11, pp.49-97, 2012.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification: Les économies de la grandeur*. Paris, Gallimard, 1991.

CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. Unscrewing the Big Leviathan; Or How Actors Macrostructure Reality, and How Sociologists Help Them to Do So?. In: KNORR CETINA, Karin; CICOUREL, Aaron (orgs). *Advances in Social Theory and Methodology*. Londres, Routledge, 1981.

DEWEY, John. *Logic: The Theory of Inquiry*. NovaYork, Henry Holt, 1938.

FACINA, Adriana (org.). *Acari cultural: Mapeamento da produção cultural em uma favela da Zona Norte do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Mauad, 2014.

FELTRAN, Gabriel. O valor dos pobres: A aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, vol. 27, n. 72, pp. 495-512, 2014.

GARFINKEL, Harold. *Studies in Ethnomethodology*. Nova Jersey, Prentice Hall, 1967.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Sémantique structurale: Recherche et méthode*. Paris, Larousse, 1966.

HIRATA, Daniel Veloso. *Sobreviver na adversidade: Entre o mercado e a vida*. 2010. 367 f. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. *Panorama dos Territórios: UPP Batan*. Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos (IPP) /UPP Social, 2014.

LEEDS, Anthony. The significant variables determining the character of squatter settlements. *America Latina*, ano 12, n.º 3, jul./set. 1969, pp. 44-86, 1969.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. A política na favela. *Cadernos de Estudos Brasileiros*, Ano IX, n. 41, pp. 35-47, 1967.

MÈNARD, Robert. Equipe de ‘O Dia’ sequestrada e torturada. *Observatório da Imprensa*, n. 488. São Paulo, 03/06/2008.

PARK, Robert. A cidade. Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio ambiente urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1967 [1915].

_____. *Human Communities, The City and the Human Ecology*. Glencoe, Free Press, vol 3, 1952

_____; BURGUESS, Ernest W. *The City: Suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment*. Chicago, The University of Chicago Press, 1984[1925].

LATOUR, Bruno. *Les microbes: Guerre et paix, suivi de Irréductions*. Paris, Métailié, 1984.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº44.617, de 19 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=265883>>. Acesso em 15 out. 2016.

SHAW, Clifford R.; MCKAY, Henry D. *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Chicago, University of Chicago Press, 1942.

SILVA, Luciane Soares da. Agora abaixe o som: UPPS, ordem e música na cidade do Rio de Janeiro. *Caderno CRH*, vol.27, n.70, pp.165-179, 2014.

TELLES, Vera da Silva. Nas dobras do legal e ilegal: Ilegalismos e jogos de poder. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, n. 5-6, pp. 97-126, 2009.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)visitando o conceito de gestão social. *Desenvolvimento em Questão*, vol. 3, n. 5, pp. 101-124, 2005.

THÉVENOT, Laurent. “Les investissements de forme”. In: THEVENOT, Laurent (org). *Conventions économiques*. Paris, PUF, 1986, pp. 21-71.

THOMAS, William I. *Unadjusted Girl: With Cases and Standpoint for Behavior Analysis*. Nova York, Harper and Row, 1966[1923].

WERNECK, Alexandre. *A desculpa: As circunstâncias e a moral das relações sociais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

ZACCONE, Orlando. *Acionistas do nada: Quem são os traficantes de drogas*. Rio de Janeiro, Revan, 2000.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1985.

Recebido em: 15 de out. 2016

Aceito em: 03 de jan. 2017